

- ☑ Project Life17 CCA-ES-000035 – LIFE LiveAdapt Adaptation to Climate Change of Extensive Livestock Production Models in Europe.
- ☑ Climate Change and Diversification: Definition of the different typologies of extensive livestock and their resilience potential (species and habitats).
- ☑ Fundación Entretantos | C5. Climate change and Training: Open courses and advise platform.
- ☑ Tradução e Adaptação para Português: ADPM e Quercus



Life17 CCA-ES-000035



[CURSO 4] AVALIAÇÃO E ASSESSORIA DE EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS PARA A SUA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

UNIDADE 6 PARTICIPAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PLANEAMENTO EM ESPAÇOS AGROPECUÁRIOS



Fundación **entretantos**
participación sociedad territorio redes



pigChamp
pro europa



LIFE17 CCA-ES-000035



CURSO 4. Avaliação e assessoria às explorações pecuárias para adaptação às alterações climáticas



O programa de formação dos cursos gratuitos e a plataforma consultiva sobre "**Adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas**", do qual este curso e esta unidade didática fazem parte, foi desenvolvido pela [Fundación Entretantos](#) no âmbito da sua participação no projeto [LIFE LiveAdapt](#). O projeto LIFE LiveAdapt é uma iniciativa cofinanciada pela União Europeia, através do **Programa LIFE 17/CCA/ES/000035**. O conteúdo dos cursos reflete apenas as opiniões dos autores e não necessariamente as da União Europeia.

Referência: Fundación Entretantos (2022) *Programa formativo, cursos gratuitos e plataforma consultiva para a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas*. Projeto LIFE LiveAdapt. Acessível em [<http://liveadapt.eu/>].

Coordenação geral: Julio Majadas, Pedro M. Herrera [Fundación Entretantos].

Conceção e estrutura: Pedro M. Herrera, Julio Majadas, Kike Molina [Fundación Entretantos].

Conteúdos e materiais de formação: Rosario Gutiérrez, Pedro M. Herrera, Kike Molina, Julio Majadas, Mireia Llorente, Isabeau Ottolini [Fundación Entretantos].

Edição: Kike Molina, Rosario Gutiérrez, Pedro M. Herrera, Julio Majadas [Fundación Entretantos].

Revisão de conteúdos: Fundación Entretantos, Innogestiona Ambiental, Universidade de Córdoba (UCO), Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), Quercus, Federación Española de la Dehesa (FEDEHESA).

Adaptação e tradução para português: Ricardo Vieira [ADPM], Nuno Alegria [Quercus].

Fotografias: Víctor Casas, Javier García, Pedro M. Herrera [Fundación Entretantos].

Edição e coordenação dos vídeos: Associação de Defesa do Património de Mértola [ADPM]

Design gráfico: Marta Herrera.

Desenvolvimento da 1ª edição dos cursos em Espanha:

Coordenação geral: Kike Molina [Fundación Entretantos].

Tutoria e monitorização: Kike Molina, Rosario Gutiérrez, Julio Majadas [Fundación Entretantos], Antonio Román [Innogestiona Ambiental], Carolina Reyes [UCO].

Responsável técnico: Rosario Gutiérrez [Fundación Entretantos].

Aconselhamento: Rosario Gutiérrez, Mireia Llorente, Julio Majadas, Pedro M. Herrera [Fundación Entretantos].

Desenvolvimento da 1ª edição dos cursos em Portugal:

Coordenação geral, tutoria, monitorização: Ricardo Vieira [ADPM], Nuno Alegria [Quercus].

Aconselhamento: Ricardo Vieira, Maria Bastidas [ADPM], Nuno Alegria, José Janela [Quercus]

Licencia: Creative Commons. Partilha de Atribuição Igual 3.0.



Life17 CCA-ES-000035



6

A PARTICIPAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PLANEAMENTO EM ESPAÇOS AGROPECUÁRIOS

INTRODUÇÃO

"O território é vital para a reconstrução de contra-potências e economias locais: como espaço físico para a produção, especialmente para a produção agrícola; como espaço de coexistência, de geração de confiança e de recuperação do vínculo social; e como espaço para a reconstrução e reprodução de identidades localizadas, em oposição às identidades globais."

[López-García, D., "Produzir alimentos, reproduzir comunidade"](#)

Ao considerar a gestão de um território, é essencial que os intervenientes que nele coexistem tomem voz nesse processo, não só que sejam corretamente informados do que é feito com o seu território, ou que possam mostrar a sua opinião (que muitas vezes não é tida em conta), mas que sejam os promotores das decisões de forma consensual, para que todos estejam envolvidos no processo e a gestão sustentável seja realizada em si e ao longo do tempo.

A nível global, têm vindo a decorrer uma série de mudanças socioeconómicas que levam a sociedade a um modelo muito mais urbano e centrado na cidade, o que implica a perda de poder do território rural. Este processo de urbanização é, por sua vez, impulsionado por mudanças no modelo produtivo devido à globalização e ao sistema económico capitalista, onde alguns intervenientes exercem muita influência na economia geral. Talvez o processo mais conhecido na Europa seja o despovoamento e o abandono do território rural, assim como a diminuição da substituição geracional, as mudanças na paisagem e na dinâmica do território, etc. Estas alterações socioeconómicas são agravadas pelas consequências das alterações climáticas, que aumentam alguns dos efeitos mais nocivos desta situação.

Para fazer face a esta crise, muitos programas foram lançados de diferentes perspetivas sociais, políticas e económicas, mas com o objetivo comum de reequilibrar estes territórios afetados pela mudança global. Muitos deles partilham como foco os processos de governação considerando-os um dos elementos-chave para inverter esta situação. O planeamento de certos modelos de desenvolvimento territorial baseados na sustentabilidade e na gestão participativa constituem, devido às suas características (equidade social, proteção ambiental e viabilidade económica), um dos domínios preferenciais de aplicação destas formas de governação necessárias para conter os efeitos negativos sofridos por estes



LIFE17 CCA-ES-000035



territórios e pelo seu núcleo social. Assim, a unidade começa por ver o que é a participação e a sua importância no planeamento da gestão do território.

Os processos participativos são exigidos pelos atores que intervêm nestes espaços, uma vez que precisam de poder fazer parte das decisões nas matérias que os afetam, além de serem promovidos e aceites a partir da esfera política. Assim, tanto da Europa como em Portugal, a legislação incorpora a participação na gestão do território, do ambiente natural e também dos sistemas pecuários; por conseguinte, é necessário analisar o contexto legislativo em que os processos participativos são desenvolvidos.

Para compreender um pouco melhor o que é a participação e aprofundar o seu funcionamento, veremos, abaixo, as suas características metodológicas e a estrutura fundamental de um processo de gestão participativa, bem como algumas ferramentas que facilitam estes processos. Serão abordadas algumas questões práticas, uma vez que a implementação de processos de participação requer formação e pessoas com competências profissionais específicas para realizar estes processos. E, naturalmente, a importância da ação coletiva e da união face às mudanças que estão a acontecer será discutida, a fim de as combater e enfrentar, ou, no caso das alterações climáticas, melhorar a capacidade de adaptação.

Por último, veremos alguns exemplos de várias organizações que trabalham em diferentes vertentes da pecuária extensiva em Portugal. Destaque para o facto de os processos de participação serem complexos e que, para os impulsionar, é importante um vasto conhecimento e experiência prévia. Uma vez que, teremos apenas uma unidade didática dedicada a tudo isto, será apresentada de uma forma geral o que pode ser um modelo de gestão participativa, sendo importante conhecê-la para oferecer um bom aconselhamento ao produtor.

Os objetivos desta unidade são:

- Compreender a importância dos processos participativos e, em particular, da participação territorial.
- Conhecer a legislação em que estão enquadrados.
- Conhecer as características metodológicas e a estrutura dos processos de participação e algumas ferramentas que os facilitam.
- Compreender a importância da pessoa dinâmica num processo participativo.
- Conhecer alguns exemplos redes pecuárias extensivas em Portugal e como se organizam.

Palavras-chave: [participação; gestão territorial; associativismo; pecuária extensiva]



Life17 CCA-ES-000035



O QUE É REALMENTE A PARTICIPAÇÃO?

A **participação dos cidadãos** consiste no envolvimento ativo dos cidadãos em processos de decisão pública que têm impacto nas suas vidas, incluindo os que têm a ver com a gestão dos recursos e as ações que fazem parte do desenvolvimento das suas populações e da qualidade das suas vidas e do seu ambiente. De uma forma geral, todos os processos participativos estão profundamente ligados ao desenvolvimento humano, sustentável e social. Os processos participativos são educativos, potenciadores de socialização entre si, tanto para aqueles que neles intervêm diretamente como para a população em geral, enquanto são mecanismos para a realização de tarefas de interesse coletivo.

Requer, portanto, uma transformação no campo da relação entre as pessoas, do conhecimento e do comportamento político. Atualmente, existe um contexto de redução de recursos públicos onde, para alcançar interesses coletivos, é necessário poder participar (opinar, saber, propor, debater...). Para garantir esta participação é necessário compreender o que é o bem comum e o interesse geral, adquirir a informação necessária sobre as questões que dizem respeito ao indivíduo, perder o medo de expressar opiniões em público, melhorar a motivação para participar, sentir a ligação à comunidade e ao público, comprometer-se com o funcionamento da sociedade e sentir-se protagonista da consolidação e desenvolvimento do estado de bem-estar social. Por último, é também importante assimilar que as decisões públicas, mesmo que não sejam tomadas com as individualidades em mente, têm de ser respeitadas e aplicadas para garantir os interesses da comunidade (Asín J., 2015).

Um modelo adequado de participação requer um quadro jurídico e mecanismos democráticos que fomentem as condições, para que indivíduos e organizações de vários sectores da sociedade participem com propostas em todos os níveis de gestão. O Estado, assumindo os problemas e os interesses da sociedade, tem a tarefa de gerar políticas de desenvolvimento eficazes, considerando o direito dos cidadãos e potenciando as suas capacidades de controlo e responsabilidade. Para as administrações, falar da participação da sociedade na construção e gestão das políticas públicas, é referir-se a novas formas de relacionar a Administração com os cidadãos e a um modelo de governo aberto e deliberativo, ou seja, promover um modelo participativo de governação, em comparação com os modelos tradicionais mais verticais.

"A participação é a capacidade de expressar decisões que são reconhecidas pelo ambiente social e que afetam a própria vida e/ou a vida da comunidade em que se vive" (Roger Hart, 1993).



Life17 CCA-ES-000035



Participação ambiental

É um processo que permite que a sociedade seja incorporada na tomada de decisões sobre aspetos relacionados com o ambiente, promovendo a presença ativa informada e responsável de todos os interessados. O objetivo final é propor modelos ou ações de desenvolvimento que sejam responsáveis e sustentáveis e que tenham em conta aqueles que o vivem e aqueles que serão influenciados nesse ambiente. No caso da pecuária, por exemplo, propõe-se a participação como um instrumento para fazer face a certos problemas dos agricultores que não são resolvidos pela Administração, tais como a falta de formação inovadora, as necessidades crescentes de inputs externos dependentes dos mercados, os obstáculos burocráticos e administrativos ou o controlo dos preços por parte dos intermediários, que, por sua vez, implicam problemas de viabilidade ambiental, económica e social destas explorações.

Nos últimos anos, muitas experiências e programas lançados por diferentes entidades destacam a importância e eficácia da formação dos agricultores para participarem no território que utilizam e também para procurar soluções inovadoras para a sua situação de estagnação. Propõe uma metodologia de trabalho que combine a gestão ambiental, agrícola e pecuária com ferramentas de intervenção social e educação ambiental.

Revitalizar os territórios rurais, torná-los atrativos para as pessoas e criar redes de trabalho e de apoio mútuo, são objetivos partilhados por muitas das pessoas que vivem e trabalham nas zonas rurais. A partilha de conhecimentos, recursos e, finalmente, a concretização do que aprendeu com perseverança e positividade, ajudará, sem dúvida, a conseguir isso.

Em termos de quadro legal e jurídico parece que Portugal possui instrumentos necessários para assegurar aos cidadãos o direito à informação e a sua participação nos processos de tomada de decisão. Na realidade, porém, a participação pública no nosso país não é uma prática corrente, seja porque a informação é escassa, porque a formação dos cidadãos muitas vezes, pouca, principalmente fora das duas Áreas Metropolitanas, e o conhecimento dos seus direitos em matéria de participação pública, muito reduzido.

Um exemplo clássico desta situação são as Áreas Protegidas. Trata-se de áreas sujeitas a uma série de proibicionismos que muitas vezes não são mais do que isso e servem mais os interesses particulares de alguns do que a conservação da natureza e o desenvolvimento dos territórios.

Tornando-se imprescindível a integração à escala da União Europeia, através de todas as suas diretivas relacionadas com a Conservação da Natureza e a criação de Áreas Protegidas, é fundamental também a articulação com todos os instrumentos de gestão e planeamento à escala nacional e regional.



Life17 CCA-ES-000035



O que é e o que não é participação?

A participação sempre foi uma preocupação, assim como um tema de investigação e uma prática continuada da Administração Pública. Da Antiga Grécia até aos nossos dias, a problemática da participação dos cidadãos no governo da vida pública tem sempre estado indissociável da teorização sobre a democracia, enquanto modelo ideal de regulação da sociedade. E a questão de como os indivíduos materializam a sua condição de cidadãos ao participarem ativamente na tomada de decisões e de que a qualidade destas decisões fica, por esse motivo, melhorada tem estado no centro do debate da teoria e da prática da própria Administração Pública ao longo do último século.

Se efetuarmos uma primeira aproximação ao conceito de participação pública verificamos que esta se pode reportar na generalidade ao envolvimento, colaboração e até controlo pelos cidadãos dos processos de decisão associados ao desenho e implementação políticas públicas. A aplicação de métodos participativos tem assim, como objetivo principal, obter decisões mais harmoniosas e equitativas e, por conseguinte, contribuir para um maior êxito das próprias políticas públicas que se pretendem concretizar. Dado que é condição de quem governa, e da Administração Pública em particular, gerir bens escassos, as diferentes formas de exercício da cidadania e a colocação em primeiro lugar do interesse dos cidadãos, tem por definição um impacto positivo nesta alocação de recursos e na execução de políticas públicas em geral.

As propostas da **Nova Gestão Pública**, promovidas como medidas de modernização nas administrações a partir dos anos oitenta, influenciaram a ideia de tratar os cidadãos como clientes que consomem serviços, esquecendo que a administração não é uma empresa, mas o braço de execução de políticas democráticas que tentam resolver os desafios e problemas coletivos através do diálogo, debate e consenso. Esta forma errada de compreender o papel da cidadania gerou uma relação em que a Administração é a parte ativa quando se trata de satisfazer necessidades sociais, enquanto a sociedade desempenha um papel passivo. ([Heras F. Fundación Entretantos, 2020](#)).

Muitas **explorações pecuárias extensivas** estão ligadas a áreas protegidas (como a Rede Natura 2000). Muitas vezes, a intervenção dos atores sociais nos processos de desenvolvimento de planos ou programas de conservação é contemplada quando um projeto bem definido já está em vigor. Nestas condições, a capacidade de influência dos participantes é limitada e, além disso, a situação obriga-os a tomar uma posição por reação ou por oposição à proposta já definida. A realidade é que, muitas vezes, o pastoreio, apesar de ser a principal atividade de utilização e gestão do território, não está devidamente contemplado nas suas páginas de conservação e gestão. A adaptação destas propostas para a gestão do território constitui uma oportunidade imbatível de abrir o processo de decisão à participação real.



Life17 CCA-ES-000035



Principais características dos processos de qualidade participativa

- ☑ **A comunicação.** É uma componente essencial da participação, pelo que é impossível desenvolver um processo deste tipo sem prever e favorecer atores, canais, mecanismos, tempos e espaços para uma comunicação de qualidade. A comunicação num processo participativo envolve um desenvolvimento complexo com os seguintes ingredientes:
 - Transparência: dar a conhecer os mecanismos de decisão, as suas origens e motivações, as limitações e dificuldades da gestão do comum.
 - Integração na gestão: a comunicação deve ser entendida como uma ferramenta que ajude todas as áreas com responsabilidade no planeamento e gestão,
 - Incorporação em todas as áreas e em todos os momentos
 - Escuta ativa: A comunicação é uma relação estabelecida entre duas partes e em duas direções.
 - Criação de espaços de diálogo: para garantir a exploração das suas possibilidades, criar espaços seguros para o debate, abrir canais e facilitar momentos para mudar de opinião e divulgar propostas de todos os agentes envolvidos.
 - Retorno: gerar espaços e momentos para "devolver" às pessoas envolvidas num processo de participação os resultados do seu esforço, o que tem sido utilizado ou porque foi incorporado ou não no plano de gestão, projeto, regulamentos... É fundamental que os participantes colhem os frutos da sua participação e sintam-se beneficiários da sua participação.
- ☑ **A inclusão.** Deve-se incorporar todos os intervenientes sociais com diferentes pontos de vista e sistemas de valor, conhecimentos e interesses em relação aos tópicos a discutir. Isto garante que o processo de deliberação será mais rico e que a tomada de decisão tirará partido da diversidade de conhecimentos existente e recolherá o espectro de interesses suscitados. Uma das questões que muitas vezes surge em relação à participação, é se as pessoas e instituições envolvidas são ou não representativas da população no seu conjunto, ou seja, deve ser questionado se o conjunto de visões existentes foi incorporado no processo.
- ☑ **A deliberação.** Um processo de participação que não dá oportunidade de deliberação, provavelmente parte da ideia (errónea) de que os interesses dos participantes são predeterminados e inamovíveis. No entanto, a reflexão coletiva, o contraste de opiniões e o debate em grupo enriquecem o processo participativo, uma vez que:

- Abrem as portas para a comunicação social.
- Facilitam a análise crítica das propostas.
- Permitem gerar novas ideias.
- Favorecem o repensar das posições iniciais e a aproximação entre diferentes interesses.

Horizontalidade e equidade. Num processo participativo, todas as opiniões são igualmente importantes. Todas as pessoas são especialistas, porque estão no mesmo espaço social, contribuindo com diferentes perspetivas para construir cenários partilhados.

Além disso, é importante fazer um esforço extra para incorporar essas pessoas, grupos ou setores que, normalmente, passam despercebidos ou que estão mais relutantes em participar e, portanto, menos conscientes das repercussões do processo. Às vezes, pela mesma razão, acabam por ser as suas principais vítimas. Neste caso, é necessária uma intervenção ativa para que estes grupos participem e para que as suas questões específicas (por exemplo: género, etnia, vulnerabilidade...) sejam corretamente registadas e defendidas por si mesmas.

É evidente que o objetivo final de um processo participativo é mudar a realidade. Neste sentido, é essencial prever as fórmulas para assegurar que os contributos dos participantes sejam tomados em consideração, com a seriedade que merecem e com as instâncias adequadas.





LIFE17 CCA-ES-00035



QUADRO REGULAMENTAR PARA A PARTICIPAÇÃO

A Comissão Europeia, em consequência da exigência dos cidadãos em intervir nas políticas que os afetam, reconheceu e apoiou esta mudança de paradigma para um modelo de governação participativo, estando consciente da necessidade de evitar gestos superficiais que procuram envolver mais os cidadãos na tomada de decisões, mas que realmente não o fazem, e apostar numa participação democrática aprofundada. Isto reflete-se em diferentes instrumentos e espaços de debate, como a [Iniciativa dos Cidadãos Europeus](#) (incluída no Tratado de Lisboa), as [Petições ao Parlamento](#), os números do [Provedor de Justiça](#), as [Consultas Públicas](#) ou os [Diálogos dos Cidadãos](#). Todos estes instrumentos refletem-se em cada um dos Estados-Membros. E também, no Programa [Europeu para os Cidadãos](#), destinado a assegurar que os habitantes da UE desempenham um papel mais significativo no desenvolvimento da UE.

Do mesmo modo, a importância da participação pública para a conservação da natureza e a gestão das áreas naturais protegidas, tem sido destacada há mais de duas décadas em diversas declarações, convenções, manifestos e programas internacionais para estabelecer os direitos dos cidadãos no acesso à informação ambiental e a participar na tomada de decisões que afetam o ambiente, em geral, e o ambiente natural e florestal, em particular. Entre as muitas alterações que isso implica é, por exemplo, a exigência de que o parecer da parte interessada seja ouvido antes do início do procedimento, o que requer a disponibilidade pública de qualidade e informação acessível.

Nesse sentido, após as convenções globais sobre o ambiente derivadas da Cimeira do Rio de Janeiro de 1992 das Nações Unidas, da qual surge a [Declaração sobre Ambiente e Desenvolvimento](#), diferentes resoluções do [Fórum das Nações Unidas sobre Florestas](#) instam ao desenvolvimento de processos *participativos* na conceção e desenvolvimento de planos e programas florestais nacionais e subnacionais. Do mesmo modo, a Resolução V1, adotada em 2003 por mais de quarenta países europeus signatários da [Conferência Ministerial para a Proteção e o Desenvolvimento Sustentável das Florestas na Europa](#), considera a *participação social* como a primeira exigência entre os onze elementos comuns para a formulação de planos e programas florestais.

Estas recomendações e compromissos assinados a nível global e europeu foram transferidos para os regulamentos comunitários da União Europeia para o seu cumprimento obrigatório, pelo que o desenvolvimento de um processo de participação pública dos sectores, instituições e agentes sociais envolvidos constitui um **requisito essencial** para a elaboração de **planos e programas florestais**.

A [Diretiva 90/313/CEE \(1990\)](#) foi a primeira legislação comunitária a impor aos Estados Membros a obrigação de estabelecer as disposições necessárias para



Life17 CCA-ES-000035



garantir a liberdade de acesso à informação sobre o ambiente, e segundo a [Lei nº 26/2016](#) (na atual redação) pode ler-se “*O acesso e a reutilização da informação administrativa são assegurados de acordo com os demais princípios da atividade administrativa, designadamente os princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da colaboração com os particulares.*”

Em 1998, os países do Espaço Económico Europeu adotaram a chamada [Convenção Aarhus](#) (Dinamarca) sobre o **direito dos cidadãos europeus ao Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente**, assinada por Portugal e foi ratificada em 2003 e aprovada pela [Resolução da Assembleia da República nº11/2003](#), de 25 de Fevereiro.

Este instrumento de ratificação da Convenção destaca como objetivo “...contribuir para a proteção do direito que qualquer indivíduo, das gerações atuais ou futuras, tem de viver num ambiente adequado à sua saúde e bem-estar, cada Parte garantirá os direitos de acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente, ...”. Destaque-se os seguintes artigos que moldam este objetivo:

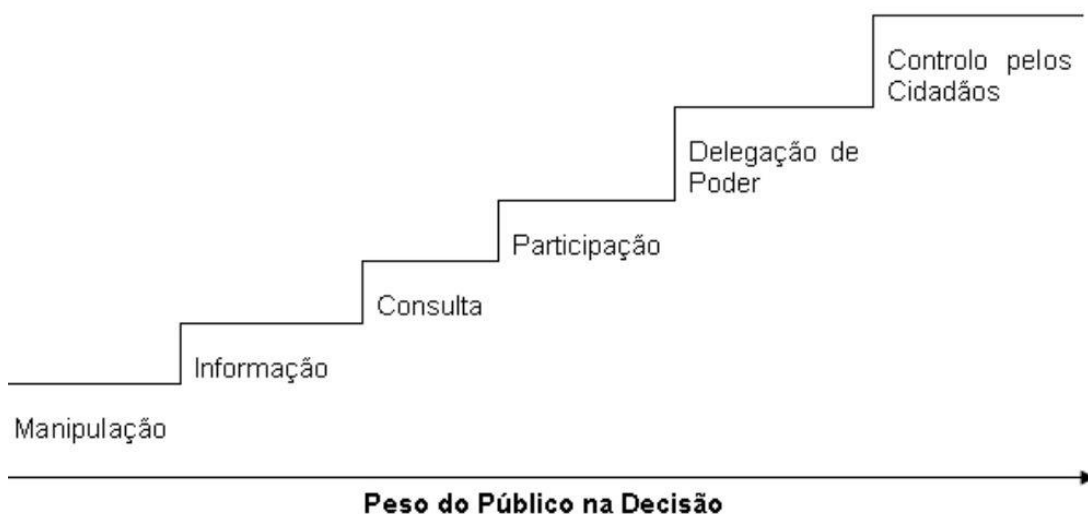
- O Artº.3 estabelece expressamente que “o público terá acesso à informação, poderá participar no processo de tomada de decisão e terá acesso à justiça em matéria de ambiente...”.
- O Artº.4 estabelece que “ que as autoridades públicas em resposta a solicitação de informação em matéria de ambiente disponibilizarão esta informação ao público, de acordo com a legislação nacional...”.
- O Artº.7, por seu lado, prevê que “ cada Parte tomará as medidas práticas adequadas ou outras para que o público participe, de forma transparente e justa, na preparação de planos e programas em matéria de ambiente”.
- O Artº.9 estabelece que “ o seu pedido de informação foi ignorado, indevidamente recusado, em parte ou na totalidade, respondido de forma inadequada, ou de qualquer forma não tratado de acordo com o disposto naquele artigo, tenha acesso à revisão de processo através de um tribunal ou outro órgão independente imparcial estabelecido por lei.”.

A título de exemplo, no caso da Rede Natura 2000 em Portugal, não tem contado com grande participação do público. Segundo um estudo conduzido por investigadores do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR-UP) e da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), concluem que a maior parte dos cidadãos residentes em Portugal não só desconhece a existência da Rede Natura 2000, como está pouco informada sobre que locais integram esta rede em Portugal, quais as ameaças que enfrentam e quais as espécies que os habitam. De momento encontra-se em análise a consulta feita para o [Quadro de ação prioritária \(QAP\) para a Rede Natura 2000](#)

CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DA PARTICIPAÇÃO

As características da metodologia de participação que são desenvolvidas, devem ser claras e fiéis às principais características dos processos participativos de qualidade. Devem também ser partilhados, ou seja, conhecidos e assumidos por todos os membros do processo, incluindo, se aplicável, a entidade pública que promove o processo. Estas características serão definidas no início do planeamento e dizem respeito tanto aos promotores como aos facilitadores e participantes.

O primeiro passo é definir onde estamos em relação à escala de participação, ou seja, em que o espaço do processo está incluído. Graficamente, é ilustrado como o degrau da **escada de participação** (Sherry Arnstein, 1969). Nesta escada, à medida que avança, o envolvimento e a responsabilidade dos participantes resulta no aumento da tomada de decisão (o ideal seria a auto-gestão):



Escada de Participação dos cidadãos (Sherry Arnstein, 1969)

Ao ter definido onde está na escada, já pode lançar as **bases conceptuais** do próprio processo:

1. Participação aberta: baseia-se na ideia de que todas as opiniões dos grupos previstos na proposta e todos os agentes envolvidos, são relevantes. Num processo social de participação, todas as pessoas envolvidas fazem-no para contribuir com a sua experiência de "expert", uma vez que têm um certo conhecimento e interesse.

2. Transparência: baseia-se no fato de que todas as pessoas que participam saibam qual é o seu papel e qual é o âmbito de participação em que estão. Além disso, nas diferentes sessões de trabalho serão recolhidas todos os resultados e informações de modo a tornar o processo e os seus resultados, algo acessível e transparente.



Life17 CCA-ES-000035



3. Incidência: trata-se de um processo finalista que se orienta especificamente para a elaboração de um ou mais produtos finais, por exemplo, a elaboração de um Plano de ordenamento do parque natural, plano de gestão ambiental ou elaboração de um Plano Estratégico para um sector (pecuária extensiva) num território.

4. Equidade: definir ferramentas e instrumentos durante o processo para que todos os sectores, áreas de interesse e todas as pessoas que os representam, especialmente aqueles que possam ter mais dificuldade em expressar as suas opiniões, possam expressá-los e torná-los visíveis durante o processo.

5. Representatividade: isto requer um processo de investigação prévio, para garantir a maior diversidade possível de opiniões e sensibilidades, bem como as diferentes organizações sociais e/ou sectoriais presentes.

6. Flexibilidade: adaptar o processo e os instrumentos que são colocados ao seu serviço, às necessidades detetadas, à evolução dos acontecimentos e ao clima de grupo que se gera.

7. Confiança: é necessário que as ferramentas, dinâmicas de participação e a própria equipa de facilitação responsável pelo desenvolvimento do processo participativo, gerem confiança entre os diferentes agentes envolvidos. Além disso, esta equipa tem a capacidade de desenvolver um processo participativo com garantias e solvência técnica.

8. Dar sentido à participação: é necessário que todos os agentes envolvidos saibam, desde o início, para que será utilizado o seu esforço e de que forma as suas ideias serão tratadas, estabelecendo regras **comuns do jogo** para todas as pessoas envolvidas.

Estas "regras do jogo" devem conter os objetivos do processo, o seu âmbito, a metodologia, os critérios a partir dos quais serão apresentados os aditamentos ou rejeições dos argumentos e propostas que surjam na participação, etc.

Um exemplo para as **regras do jogo**, que devem ser incorporadas como base em qualquer processo, pode ser o seguinte:

- Voluntariado:** os indivíduos que participam nas sessões devem ter sido previamente convidados como representantes de uma entidade ou sector. Uma vez convidados, os participantes tornam-se voluntários.
- Responsabilidade:** os participantes fazem-no a partir da responsabilidade que se manifesta no compromisso de ajudar a desenvolver um plano, programa, regulamentos, projeto... ou contribuir para a criação de um espaço de qualidade, recolhendo os interesses gerais da população e evitando focar-se nos interesses individuais de cada participante. Trata-se de conseguir um documento ou um acordo, etc. que responde ao sentimento do território envolvido. As pessoas que promovem o processo



Life17 CCA-ES-000035



devem também deixar claro quais as responsabilidades que assumirão em relação à organização, gestão e coordenação do processo global.

- ☑ **Objeto do trabalho:** este seria o espaço para registar o *cenário*, o *momento* em que o processo de participação entra em ação (no diagnóstico, na definição de ações...) e o *papel* que é dado à participação (recolher opiniões, tomar decisões ou, além disso, chegar ao desenvolvimento e monitorização do documento ou espaço que é projetado).
- ☑ **Todos os conhecimentos e experiências são necessários:** todas as opiniões que são colocadas neste espaço para debate e troca de ideias são igualmente válidas. Desta forma, o grupo assume que, embora trabalhe com o objetivo de melhorar um determinado território/espaço, estas reuniões têm as suas limitações, não podendo resolver de imediato todos os problemas do território.
- ☑ **Respeito por outras opiniões:** este é um espaço de reflexão, debate, ideias, etc. Pode discordar das opiniões de outras pessoas, mas é necessário ouvir ativamente para mais tarde dar a sua própria visão. Como um grupo, procura recolher todas as posições.
- ☑ **Método de acordo: consenso e recolha de dissidências:** A obtenção de acordos e a forma de o fazer também deve ser acordada. Por exemplo: *Após cada sessão, os acordos serão alcançados por consenso, e não haverá votação, exceto em casos muito excecionais, que devem ser cuidadosamente avaliados pela equipa dinâmica.* Para isso, a pessoa que dinamiza o processo, construirá a partir de acordos mínimos, e refletindo em que territórios, zonas ou aspetos se encontra as diferenças. Outro exemplo: O trabalho será feito por consenso, mas *se houver divergências, estas serão tidas em conta, serão atendidas na medida do possível e serão adequadamente refletidas na ata.*
- ☑ **Legalidade:** os acordos alcançados no processo devem estar em conformidade com os regulamentos em vigor em cada uma das questões abordadas.
- ☑ **Transparência:** as atas e os documentos gerados, serão enviados aos participantes dentro de um período de tempo acordado a partir do momento da sessão. Os participantes prosseguirão a sua revisão, comunicando as nuances que considerem adequadas. Além disso, serão exibidos num local de acesso público (por exemplo, um website) para que todos os interessados possam aceder aos mesmos.



Life17 CCA-ES-000035



METODOLOGIA E ESTRUTURA DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO

METODOLOGIA: ENQUADRAMENTO LÓGICO

Um processo de participação envolve uma série de passos sucessivos e as decisões tomadas em cada uma destas etapas condicionam as seguintes etapas num quadro lógico: baseia-se num **diagnóstico**, a partir do qual são identificados os **principais desafios** ou problemas. São definidos em função do diagnóstico desses desafios os **objetivos**. Em seguida, são procuradas as melhores **estratégias para alcançar os objetivos** definidos e a partir delas, define-se a proposta. Por último, estará preparado um **projeto** no qual todos os aspetos acima referidos são formalizados. Esta primeira parte do processo é metodológica, ou seja, são definidas as bases para o desenvolvimento do processo.

Quando se pretende obter contribuições mais enriquecedoras e um envolvimento mais construtivo das pessoas, tem de se abrir o processo de participação desde o início e em cada uma das etapas: facilitando a apresentação de contributos para o diagnóstico, para a definição dos objetivos, para a seleção das opções que permitam cumprir os objetivos e na elaboração do projeto. Quando os pontos de vista fundamentais e as contribuições plurais estiverem disponíveis nestas fases, o projeto final refletirá muito melhor a visão dos intervenientes sociais e sentir-se-ão mais identificados com o processo de planeamento e os seus resultados.

ESTUDO DE CASO: para uma melhor compreensão, tanto da parte metodológica anterior, como das fases do processo, “[O Papel do plano de paisagem na \(re\)construção da paisagem. Contributo metodológico do planeamento numa intervenção integrada nas Terras de Coura](#)” elaborado por Matias *et al*, 2017 será usado como exemplo. Efectivamente, do ponto de vista metodológico, ao contrário do que verifica por exemplo em França, Itália e na vizinha Espanha, em Portugal não existe uma ferramenta/instrumento que defina os objectivos de qualidade e gestão da paisagem e operacionalize ações, projetos e/ou medidas de intervenção, de acordo com os objetivos da CEP. Por esse motivo, o Plano de Paisagem das Terras de Coura, pretende constituir-se como um projeto-piloto de uma ferramenta, implementada ao nível municipal, seguindo as metodologias europeias, tal como acontece em grande parte dos países europeus, nomeadamente na Região Autónoma da Galiza e da Catalunha e que se encontra atualmente em desenvolvimento em diversos *Ayuntamentos*. A elaboração de orientações de gestão, pode ser transposta para qualquer modelo de pastoreio adaptado ao território, como, por exemplo, um Plano de Gestão de Baldios, um processo estratégico de pastoreio extensivo, etc.



Life17 CCA-ES-000035



OBJETIVO

É a primeira coisa a procurar depois do diagnóstico. Mesmo que o objetivo seja marcado a partir de um convite ou se o plano de ação for desenvolvido para uma proposta pré-determinada, o objetivo da participação é diferente, uma vez que é específico desta ação participativa. Este objetivo será determinado de acordo com o local onde irá intervir e de acordo com as exigências e propostas dos participantes intervenientes.

O objetivo de um processo de participação deve responder a três **condições básicas**, que muitas vezes se perdem de vista:

- ☑ **Deve representar a maioria dos agentes e interesses** envolvidos no território, com uma deteção de redes e uma seleção de representantes o mais precisa possível.
- ☑ **Deve ser funcional**, ou seja, tem de se traduzir em ações e compromissos realistas e concretos, que sejam exequíveis e tenham o maior consenso possível.
- ☑ **Deve ser mantido ao longo do tempo**, ajustando-se a partir de mecanismos de avaliação e de monitorização e adaptando-se ao aparecimento de novos problemas ou condições.

ESTUDO DE CASO: No que se refere aos objetivos do Plano de Paisagem das Terras de Coura, este visa dar cumprimento à aplicação nacional da "Convenção Europeia da Paisagem", ratificada por Portugal em 2005 e prosseguir as orientações da "Política Nacional de Arquitetura e Paisagem". Dotará, desta maneira, o Município de uma ferramenta de intervenção na paisagem que promoverá o seu valor social, cultural, económico, ambiental e ecológico, assim como terá um impacto no bem-estar e na qualidade de vida das populações. Ao nível do desenvolvimento local, acresce, como objetivo do plano, a articulação entre os atores públicos, empresariais e associativos e os cidadãos, reforçando a participação pública e os valores identitários locais, assim como a perceção da população sobre a paisagem que a rodeia.

No caso de um Plano de Pastoreio, por exemplo, os objetivos teriam de estar orientados para consolidar o próprio Plano e fatores como o manejo, gestão, utilização de recursos, gestão de infraestruturas pecuárias, etc.



Life17 CCA-ES-00035



PRESSUPOSTOS A TER EM CONTA

Antes de começar a pesquisar e realizar análises sociais para reunir pessoas para lidar com um tema ou temas específicos num território específico, é necessário ter em conta uma série de considerações básicas, mas importantes:

- ☑ **Qual é a área territorial em que se deve realizar o trabalho? Existem boas comunicações entre as diferentes áreas?** Estas questões são importantes para as convocatórias, garantindo que a acessibilidade à sede do processo participativo é fácil para todos. Tentar-se-á, no caso de várias regiões ou municípios, que a sede seja itinerante, de forma a promover uma representatividade territorial equitativa.
- ☑ **Quem são as partes interessadas? ou, na linguagem da sociologia, quais são as redes envolvidas?** Neste sentido, as redes envolvidas podem ser classificadas em três níveis:
 - **Redes de 1º nível:** Administrações e organismos públicos, que normalmente convocam a política, o plano, o programa ou o projeto a desenvolver.
 - **Redes de 2º nível:** associações, organizações ou coletivos com ou sem motivo de lucro, afetados pela medida a acordar.
 - **Redes de 3º nível:** pessoas ou grupos indiretamente envolvidos, mas com informação e/ou liderança de interesse no processo de participação.
- ☑ **Que informações prévias temos sobre estas redes?** Este aspeto é muito importante para se ter informações sobre conflitos ou interesses pré-existentes, antecipando as questões que podem estar expostas. Para isso, é interessante realizar entrevistas pessoais anteriores aos futuros intervenientes.

ESTUDO DE CASO: O plano de paisagem estabelece uma metodologia de abordagem à escala local (municipal), visando, simultaneamente, e para além da elaboração de um Programa de Ações, o envolvimento das autarquias locais e a participação da população. Contudo, visando uma articulação entre as políticas e estratégias internacionais e nacionais com a escala local tivemos em consideração o enquadramento nos seguintes documentos:

- **Convenção Europeia da Paisagem (CEP), 2000; Ratificação (Portugal) da CEP, 2005**
- **“Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, DGOTDU, 2004;**
- **“A Paisagem na revisão dos PDM. Orientações para a implementação da CEP no âmbito municipal”, DGOTDU, 2011;**

- **Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP), através da RCM 45/2015, de 7 de julho.**

O processo de elaboração dos Planos de Paisagem, de acordo com as metodologias internacionais conhecidas e experimentadas, desenvolve-se e apoia-se na participação pública e na intervenção direta da comunidade, tendo em vista, tanto a recolha do maior número possível de aspetos concretos das paisagens locais, quanto a realização de ações de sensibilização pedagógica direta com as populações envolvidas, garantindo, assim, uma melhor implementação dos projetos e ações a desenvolver no futuro.



ESTRUTURA DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO: FASES

A partir destes primeiros passos metodológicos, a estrutura do próprio processo participativo já pode ser desenvolvida. O modelo de processo participativo proposto nesta unidade está estruturado em quatro fases sequenciais, que começam com a elaboração de um diagnóstico social, o desenvolvimento de propostas sociais acordadas e consensuais, a comunicação de todo o processo e o retorno participativo, até ao desenvolvimento de uma proposta de implementação, ao acompanhamento social e à avaliação da estratégia durante o seu desenvolvimento e aos mecanismos de feedback propostos.



Life17 CCA-ES-000035



Fase I. Iniciação e convocação do processo participativo. Mapa social.

O objetivo desta fase é a seleção, informação e dinamização dos participantes no processo, organização, operação e composição dos grupos de trabalho, bem como a apresentação e convocação formal do processo. Esta fase é anterior ao início do processo e é desenvolvida pela equipa dinamizadora, com base num estudo prévio das condições em que o processo será desenvolvido.

Esta fase pode incluir, entre outras, as seguintes ações:

1. **Investigação e diagnóstico social.** Definir os principais agentes, discursos e áreas afetadas pelo planeamento estratégico. Para isso pode realizar uma investigação documental, análise de meios de comunicação, entrevistas com técnicos, entrevistas com agentes sociais (cidadãos)... e através de múltiplas ferramentas de investigação social que nos permitem elaborar um mapa social em torno desse processo, plano ou modelo de gestão em que queremos desenvolver o processo participativo.
2. **Caracterização de agentes sociais relevantes.** Com base nesta informação, será elaborada uma proposta de agentes para participar nos diferentes espaços de trabalho participativos que são desenvolvidos.
3. **Proposta de processo.** Com base em tudo isto, será elaborada uma primeira proposta de trabalho e planeamento do processo participativo.

O resultado será um documento que deve ser acordado com a equipa técnica e promotora do processo. É uma proposta descritiva do processo de participação que será colocado em prática, organizado e adaptado ao cenário social e territorial em que será desenvolvido.

ESTUDO DE CASO: Pesquisa de campo do discurso social.

Na 1ª fase foram definidos os objetivos gerais e específicos, no desenvolvimento da metodologia a aplicar e na definição da estrutura do Plano de Paisagem.

Ao nível da participação pública realizaram-se diversas sessões participativas da população, incluindo sessões sectoriais com público diferenciados, tais como: sessões com alunos da Escola Profissional, da Escola Secundária, agentes de turismo e funcionários da autarquia. Nestas sessões foram preenchidos inquéritos que tinham como objetivo de conhecer o público alvo, a perceção da população pela paisagem, assim como a sua visão do estado atual da paisagem.



Life17 CCA-ES-000035



Fase II. Apresentação do processo participativo

Nesta fase, TODOS os agentes identificados e selecionados para participar no processo participativo devem ser contactados, dando conta do processo de participação iniciado, dos seus objetivos, metas, estrutura, organização, etc. da forma mais transparente possível.

Da mesma forma, serão gerados espaços de comunicação acessíveis (por exemplo, um website, brochuras, conferências...), para informar de uma forma geral sobre o processo e fornecer-lhe transparência.

ESTUDO DE CASO:

A 2ª fase consistiu na caracterização e análise da paisagem nas suas componentes bióticas, abióticas e culturais. Este conhecimento permitiu a identificação e classificação do território municipal em Subunidades de Paisagem, visando a definição futura dos seus objetivos de qualidade. Este processo incluiu o desenho do esboço das subunidades a partir da identificação dos traços distintivos de cada uma. Para a sua concretização realizaram-se diversos estudos baseados em pesquisas bibliográficas, em pesquisas de sites municipais/governamentais, em levantamentos de campo diversos e análises próprias.

No que diz respeito à participação pública, nesta fase realizaram-se diversas sessões participativas com os públicos definidos na fase anterior ao qual se juntaram também um conjunto de “peritos” ou “especialistas em diversas áreas” e diversas associações locais. A participação pública, nesta fase, teve como objetivo, a validação do limite das subunidades de paisagem, assim como a confirmação da sua identificação ao nível da designação dada a cada uma delas.

Fase III. Implementação das ações do processo participativo

Ao trabalhar num plano de gestão num documento normativo, num plano estratégico ou na utilização de um território, etc., deve haver uma troca contínua de informações entre os resultados de natureza técnica e os resultados que originam o processo participativo, de modo a que haja uma implementação bidirecional. Desta forma, não só estão a ser veiculadas propostas sociais para o planeamento técnico, como estão a ser recebidas informações técnicas de qualidade superior para poderem tomar decisões e apresentar propostas.

Um exemplo comum de como esta fase pode ser implementada no desenvolvimento de um plano de gestão para um território seria:

- 1. Consultas e debates: Mesas de diagnóstico social.** *Seriam desenvolvidas através de mesas de participação (workshop), a fim de fazer um diagnóstico*



Life17 CCA-ES-000035



social da situação inicial do território, do sector ou qualquer que seja o objetivo do planeamento.

2. **Consultas e debates. Mesas de propostas sociais.** O seu objetivo é identificar pontos fortes, potenciais, desafios e oportunidades para o futuro, de modo que permitam obter, dos participantes, **iniciativas** viáveis relacionadas com o processo estratégico. Para o efeito, os agentes sociais que participaram nas mesas anteriores estarão disponíveis e participarão do diagnóstico social e do diagnóstico técnico.

ESTUDO DE CASO:

A 3ª fase, em curso, consiste nos levantamentos que identificam: locais, imóveis, caminhos, campos, áreas florestais, rios, percursos, vestígios arqueológicos, entre outros, e, também, no reconhecimento das dissonâncias existentes e na análise SWOT, de cada uma das Subunidades de Paisagem.

Nesta fase realizam-se os estudos de caracterização global da paisagem de cada Subunidade, nas suas componentes: humanizada, de paisagem cultural e de paisagem natural. De acordo com o campo de aplicação da CEP deverão, nesta fase, ser analisadas, quer as paisagens notáveis, quer as paisagens do quotidiano e as paisagens degradadas, numa abordagem transversal ao território, visando a sua proteção, gestão, ordenamento e valorização. A participação pública será realizada em sessões participativas com o público-alvo definido anteriormente e tem como objetivo a validação dos objetivos de qualidade definidos para cada subunidade de paisagem.

Fase IV. Conclusões e regresso do processo participativo

Como conclusões do processo, obtêm-se os resultados consensuais tanto do diagnóstico como das propostas sociais.

Qualquer processo em causa deve incluir um espaço ou instrumento que permita às pessoas que tenham participado receber um "retorno" das suas propostas. Para isso, existem muitas possibilidades, algumas das mais comuns seriam, por exemplo:

- ☑ Preparar um material simples, tipo brochura, que inclui um **resumo informativo** e compreensível do plano, programa, regulamentos ou projeto, com especial ênfase nas propostas que surgem na área social. Ou uma exposição, ou um vídeo...
- ☑ **Criar um documento que inclua tudo**, com ligações aos principais documentos gerados (diagnóstico, atas, etc.)
- ☑ Desenvolver um **dia aberto** apresentando os resultados, ou vários em diferentes locais, que permitam a apresentação do plano, programa,



Life17 CCA-ES-000035



regulamentos ou projeto e para o qual todos os atores que participaram no processo são expressamente convidados.

ESTUDO DE CASO:

Esta fase consistirá na concretização da estratégia de intervenção, através da elaboração de um Programa de Gestão, no qual são formuladas as medidas, ações e/ou projetos concretos de intervenção, dirigidos à recuperação e valorização da paisagem; às demolições necessárias e à elaboração de normas de intervenção em áreas identificadas como prioritárias. Estas últimas definirão o Programa de Ações destinado à concretização de medidas corretivas e/ou orientadoras, para a intervenção na paisagem.

Criação de uma comissão de acompanhamento do Plano

Em alguns casos e no âmbito do próprio processo participativo e como um dos seus resultados desejáveis, deve ser criada uma **Comissão de Acompanhamento** com representatividade dos principais sectores sociais que participaram no processo de participação, bem como com representantes das instituições e da equipa técnica.

FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

Como referido, este curso só pode apresentar uma proposta sumária do que é um processo participativo, portanto, nesta secção só vai encontrar algumas das ferramentas, mas pode encontrar mais na bibliografia e no "para saber mais" desta unidade. As técnicas de participação apresentadas abaixo foram obtidas a partir de [Heras, F. \(F. Entretantos\) \(2002\)](#).

As **ferramentas** são os meios que podem ser utilizados para as partes envolvidas interagirem, facilitando a criação de espaços para reuniões e debates para conhecer e analisar conflitos socioambientais, que é o primeiro passo para a sua resolução. Para que estes avanços sejam seguros, não se pode perder de vista o facto de estes instrumentos estarem inseridos num processo que, logicamente, necessita de planeamento e organização e que sirvam de enquadramento prévio e de profissionais que os possam desenvolver adequadamente.

É necessário ter em conta o contexto em que se desenvolverá: o grupo, a sociedade, a situação económica, ambiental, social, etc. Todos os detalhes são importantes, desde o cenário em que os eventos ocorrem até à transparência do processo. Temos sempre de ir com a verdade à frente e não dar origem a enganos.

Também se deve saber em que fase do processo nos encontramos. A que nível as relações entre as partes envolvidas se encontram, dependendo disso, percebemos quais as ferramentas a utilizar.



Life17 CCA-ES-000035



Além disso, é de notar que os processos de participação são únicos e irrepetíveis. Planeiam, propõem e implementam diferentes ferramentas e instrumentos para cumprir os diferentes objetivos planificados.

ESTUDOS DE PERCEÇÃO

Objetivo: conhecer a opinião dos cidadãos sobre um problema ambiental específico, a avaliação do ambiente em que vivem.

Descrição: trata-se de estudos em que, através de entrevistas pessoais, é analisado o estado de opinião da população relativamente à qualidade ambiental do seu território. O mais comum é realizar inquéritos e outros métodos demográficos, sobre as opiniões de uma amostra da população, para posteriormente extrapolar os resultados para toda a população interessada.

Os estudos de opinião deste tipo, podem proporcionar uma primeira aproximação às ideias e atitudes de uma população, permitindo identificar grupos de interesses sobre temas específicos e, em seguida, planear com a amostra uma possível participação.

Na prática, estes estudos tendem a ser mais orientados para conhecer a avaliação feita pelos cidadãos das políticas institucionais. Na maioria das vezes, estes estudos levantam os problemas e dilemas de uma forma muito genérica sem entrar na análise das situações locais.

Variante: Avaliação comunitária. Os questionários são concebidos por um grupo de representantes da população. Tanto a análise dos resultados como a sua apresentação à comunidade são abertas e participativas.

MAPA EMOCIONAL

Objetivo: abordar a visão dos cidadãos sobre o seu ambiente envolvente, mais do ponto de vista das suas experiências do que do seu conhecimento.

Descrição: através de diferentes atividades para estimular a perceção, é verificada *in situ*, uma certa área geográfica (o bairro, a cidade, a região..., ou todo o país) através das sensações e sentimentos que desperta nos participantes.

O resultado de tudo isto (recolhido sob a forma de textos, esquemas, fotografias, etc.) é recolhido num documento global chamado "Mapa Emocional". O mapa emocional é entendido mais como um processo do que como resultado.



Life17 CCA-ES-000035



GRUPO DE DISCUSSÃO

Objetivo: conhecer as representações sociais de um determinado tema. Estes intervenientes estão habituados a conhecer a perceção anterior da população, sobre a qual ela vai intervir, no que diz respeito ao ambiente local.

Descrição: É uma ferramenta de investigação qualitativa que visa conhecer o discurso social sobre um tema. Um encontro é organizado com um pequeno grupo de pessoas para apresentar as suas opiniões, informações, sentimentos, etc. sobre o assunto em estudo.

As informações obtidas pelos grupos de discussão serão utilizadas para conceber ações de planeamento subsequentes. Pode ser necessário organizar vários grupos de discussão sobre o mesmo tema, até que o discurso social esteja concluído.

ÁRVORE DO PROBLEMA

Objetivo: permite uma análise detalhada dos problemas, o que facilita o posterior planeamento.

Descrição: Analisar em detalhe os problemas detetados num primeiro diagnóstico. A ferramenta consiste em rever as causas de cada problema, as suas indicações e as suas consequências, atendendo às relações estabelecidas entre todos os "ingredientes" do conflito e destacando a complexidade da situação.

A forma de fazer contribuições será através de cartões ou brainstorming. Neste último caso, o moderador ficará encarregue de os transferir para o papel. Assim, o problema que foi previamente apresentado isoladamente, tornar-se-á gradualmente uma rede de fatores de condicionamento e manifestações do mesmo, configurando uma verdadeira árvore do problema.

A hierarquia / colocação das diferentes contribuições (causa-consequência) deve ser facilitada, sendo necessário partir sempre do consenso. Se o grupo for relativamente grande, é conveniente subdividir (cada grupo com um moderador) e cada grupo abordar um problema.

Posteriormente (noutra fase do processo), devem ser consideradas alternativas para abordar tanto as causas como as consequências do problema.

MESAS DE DEBATE

Objetivo: conhecer opiniões e avaliações de representantes sociais sobre um determinado tema.

Descrição: partilhar perceções e opiniões sobre um tema, garantindo que um grupo de interessados possa ser introduzido nas questões e desafios colocados no processo participativo. Trata-se de uma fórmula particularmente adequada como



LIFE17 CCA-ES-000035



início de um processo participativo a médio e longo prazo. Existem inúmeras propostas organizacionais de desenvolvimento, destinadas a promover o progresso na análise e debate dos problemas ou na procura de soluções.

É importante ter em conta que nem todos os participantes têm normalmente a mesma facilidade de intervenção e, por isso, é aconselhável utilizar técnicas de trabalho e dinâmicas que facilitem a participação ativa de todas as pessoas.

DIAGNÓSTICOS PARTICIPADOS: SWOT

Objetivo: reconhecer a avaliação feita pelos participantes sobre um determinado aspeto de um determinado ambiente.

Descrição: esta técnica permite-nos refletir, mostrar e explicar os aspetos positivos e negativos que estão presentes em qualquer situação. Através de uma análise SWOT, um grupo de pessoas analisa:

- Fraquezas:** aspetos negativos do que foi analisado.
- Pontos fortes:** os seus próprios aspetos positivos.
- Ameaças:** aspetos externos que podem ter um impacto negativo.
- Oportunidades:** aspetos externos que podem ter um impacto positivo.

As avaliações resultantes são muito úteis para a tomada de medidas: os dados obtidos a partir de uma SWOT fornecem orientações para a intervenção, cuidando e protegendo os pontos fortes; reduzindo, minimizando ou eliminando os pontos fracos; e trabalhando para o futuro, aproveitando as oportunidades e prevenindo ou desativando as ameaças.

WORKSHOP

Objetivo: apresentar propostas para o futuro de um território assente no consenso entre os diferentes atores.

Descrição: através de um workshop, os participantes têm a oportunidade de imaginar futuros desejáveis e definir as linhas para a sua realização. Estes workshops utilizam brainstorming e estão estruturados em três fases bem definidas:

- Fase de crítica:** os participantes devem definir os problemas em relação ao tema discutido. O trabalho decorre em pequenos grupos. No final, o grupo seleciona os problemas que são considerados essenciais através de uma votação entre os participantes.
- Fase da imaginação ou da fantasia:** o moderador encoraja os participantes a expressarem problemas em declarações "positivas". Não são apenas os desejos levantados, também são imaginados cenários possíveis e procuram-se propostas de mudança.



Life17 CCA-ES-000035



- Fase de realização:** as ideias mais interessantes são confrontadas com a realidade: Como podem desenvolver-se? Que dificuldades devem ser abordadas? Quem seria o responsável por cada tarefa?

ANIMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo: dinamizar e sensibilizar a população para o seu ambiente envolvente.

Descrição: Os participantes trazem sentimentos, afetos, anexas, talvez escondidos, ajudando a criar um sentido de comunidade.

Estas ações são geralmente apoiadas pela realização de "algo" tangível: recuperação de um espaço comum, preparação de uma exposição em torno de um interesse em questão, etc.

É desejável que os intervenientes participem no planeamento das ações necessárias para alcançar o objetivo pretendido.

No caso da recuperação de espaços comuns, as ações de trabalho direto no ambiente são intercaladas com sessões de educação ambiental, que abordam como centro de interesse ou tema, aspetos direta ou indiretamente relacionados com o espaço a recuperar (água, pastagens, resíduos, ...). E se se trata de preparar uma exposição, a recolha da informação necessária para a sua elaboração tem de começar pelo contacto direto com os protagonistas.

NÚCLEO DE INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA (NIP)

Objetivo: estudar, deliberar e resolver uma opinião sobre uma questão controversa ou difícil que afeta a comunidade.

Descrição: cerca de 25 cidadãos escolhidos aleatoriamente são convocados, e durante 3-5 dias reúnem-se em pequenos grupos, intensivamente, para discutir um determinado tema. Nesses dias, são fornecidos os meios (licenças de trabalho, remuneração, etc.) e as condições (visitas de campo, formação por técnicos, peritos e grupos de interesses, etc.), para que possam discutir e conhecer aprofundadamente as diferentes opções existentes para uma determinada questão. O grupo, no final dos trabalhos, prepara uma "opinião do cidadão" que acaba por ser pública, embora não vinculativa para a entidade que a promove.



Life17 CCA-ES-000035



O PAPEL FUNDAMENTAL DO MODERADOR

Para facilitar um processo de participação com todas as garantias, é necessário ter profissionais que contribuam com a sua experiência para a realizar, uma vez que grande parte dos "erros ou falhas" de alguns processos participativos é pensar que pode ser planeada e guiada por qualquer agente envolvido. Pelo contrário, muitas vezes será melhor que o processo seja levado a cabo por um agente externo que não tenha influência ou seja influenciado pelo processo, seja a resolução de um conflito ou um planeamento territorial.

Portanto, a equipa ou o moderador é o intermediário entre as necessidades e exigências da população e a entidade que promove o processo. É também o promotor executivo, ou seja, responsável pela transformação de meios ou orçamentos institucionais ou coletivos específicos e as aspirações da população, num programa de intervenção organizado e sistemático.

No caso de o processo ser orientado para a resolução ou incorporação de um conflito (para a utilização de recursos partilhados, por ter diferentes interesses num modelo de gestão, para a utilização do terreno...), o papel desta pessoa dinâmica é ainda mais relevante, uma vez que terá em mãos não só a tarefa de promover uma participação horizontal e ativa dos diferentes agentes, mas também facilitar estabelecer acordos num clima de respeito. A dinamização dá lugar à mediação. Neste caso, a pessoa que atua como facilitadora ou dinamizadora dos processos de participação também adota este papel de mediador, intervindo e conduzindo o conjunto de interações e situações do processo, sejam elas conflituosas ou não.

Algumas **características** deste perfil adicional são:

- Profissionalismo e experiência anterior em mediação de conflitos e processos participativos.
- Ser externo ao processo, não ter qualquer relação com as partes ou com o âmbito de decisão ou conflito.
- Formação teórica, metodológica e técnica para utilizar adequadamente os instrumentos e meios para cada situação.
- Estar em formação contínua e atualizado.
- Imaginação e criatividade.
- Perspicácia e capacidade de crítica.
- Competências de comunicação: capacidade de escuta, capacidade expressiva, eficácia para o diálogo...
- Motivação (própria e para com os outros) e iniciativa.
- Capacidade de adaptação à mudança: improvisação.
- Deve ser uma pessoa que é vista como empática, assertiva, dialogante...



Life17 CCA-ES-000035



Algumas das suas **funções** principais (no desenvolvimento do processo podem aparecer mais):

- Documentar e informar-se.
- Planificar.
- Fazer dinâmicas de grupo.
- Gerir e administrar recursos. Organizar e rentabilizar os recursos económicos, materiais e humanos para o desenvolvimento dos programas.
- Avaliar. Quantificar e qualificar os resultados obtidos de acordo com os objetivos estabelecidos.
- Gerar documentos ou acordos de consenso.

É essencial que esta pessoa desenvolva uma **comunicação eficaz** com os participantes. A comunicação eficaz é aquela que alcança o objetivo, moldando o comportamento do recetor no sentido desejado, sem intervir no seu discurso. Baseia-se nos seguintes princípios:

- Escuta ativa.** Capacidade de capturar e refletir a mensagem da outra pessoa. Algumas recomendações para o conseguir são:
 - Remover barreiras físicas.
 - Concentração e não distração.
 - Expressar que é ouvido com comunicação verbal (comentários, perguntas) e não-verbal (contacto visual, gestos, inclinação corporal, etc.).
 - Evitar tirar conclusões antecipadamente.
 - Aguardar o momento oportuno para intervir e não interromper.
 - Não julgar e valorizar o que o nosso interlocutor diz.
 - Não oferecer ajuda ou soluções.
 - Não falar excessivamente, deixando que o participante seja quem elabora o discurso.
 - Promover uma atitude positiva.
- Assertividade.** Capacidade de expressar os nossos desejos de uma forma amável, franca, aberta, direta e apropriada, conseguindo dizer o que queremos, mas sem combater os desejos ou opiniões dos outros, negociando com eles a sua realização. O seu objetivo fundamental é a comunicação clara, direta e não ofensiva da nossa mensagem.
- A empatia.** Capacidade de se colocar no lugar de outra pessoa, para ser capaz de entender a situação e os sentimentos que essa pessoa sente, sem preconceitos ou juízos de valor.

- Feedback.** Faça o interlocutor ver que o conteúdo da sua mensagem foi entendido. Alguns meios para provar isto são:
- Mostrar interesse e encorajá-los a continuar a falar.
 - Guiar o interlocutor para fazer um esforço e esclarecer as suas mensagens.
 - Dar informações sobre o entendimento.
 - Guiar o processo de resolução de problemas.
 - Certificar-se de que compreendeu e/ou esclareceu informações.





Life17 CCA-ES-000035



A IMPORTÂNCIA DA UNIÃO

Uma paisagem não pode ser entendida sem contar os rebanhos de ovelhas, cabras e vacas a pastorear nas colinas, encostas, prados de montanha ou montados. Percorrer a Península Ibérica de norte a sul, é mover-se por territórios onde as mãos de gerações e gerações de agricultores, pastores e dentes de milhões de animais domesticados deixaram uma marca profunda. A paisagem contemplada pelos olhos é, em suma, herdeira de uma história secular de relacionamento entre seres humanos, território e recursos: uma paisagem natural e humanizada, povos, história, cultura ([Gonzales F., 2016](#)).

Além disso, a pecuária extensiva traz múltiplos benefícios sociais e ambientais, como tem sido visto ao longo destes cursos, e atua como um elemento de mitigação das alterações climáticas. Mas também sofre os seus efeitos negativos, sendo necessário adaptar-se urgentemente a este novo cenário.

Nos últimos cem anos, a paisagem do sector pecuário mudou radicalmente. Após muitas mudanças no ordenamento do território e da influência das políticas agrícolas, o sector agropecuário deixou de ter a influência que teve no território e na política tendo uma grande parte da pecuária deixado as pastagens e os montados para se fecharem em grandes armazéns para a produção de proteína animal.

Há cada vez menos agricultores, mas ainda existem explorações pecuárias extensivas que mantêm o património de forma a compreender a produção animal mais ligada ao território do que aos mercados financeiros.

Atualmente, os agricultores são pessoas mais instruídas, com mais capacidade para enfrentar problemas e que, para exercer as suas funções, têm conhecimento de contabilidade, leis, cuidados veterinários, negócios... mas, mesmo assim, há algo que não está a funcionar bem. Por vezes, o individualismo, o carácter autónomo, a dificuldade de ver o outro como um aliado em vez de um concorrente, está presente e é um dos problemas da viabilidade do sector.

Como se vê no início da unidade, os agricultores enfrentam vários problemas que não são resolvidos pela Administração pública. A única forma de enfrentar os atuais desafios da pecuária extensiva (falta de rentabilidade, despovoamento, fragmentação da paisagem, falta de renovação geracional e as alterações climáticas), é desenvolver redes de confiança, ou seja, associações e parcerias. Estas potenciam o intercâmbio de informações e facilitam a evolução socioeducativa das pessoas que as compõem. Mas, além disso, as pessoas que compõem a associação têm diferentes perceções, formação e capacidades, o que alimenta o grupo através da partilha de conhecimentos e experiências.

Para isso, é necessário criar novas formas de relacionamentos entre os agricultores, para resolver os obstáculos hereditários que impediram o desenvolvimento do tecido social no sector pecuário.



LIFE17 CCA-ES-000035



Conhecer experiências de grupos de participação que trabalham com sucesso, pode ajudar a conhecer as suas lições aprendidas, facilitando o processo.

Falemos de soluções	
Em relação ao individualismo	APRENDER COM OS OUTROS
Em relação à incapacidade de se focar nas políticas pecuárias	REDES DE PARTILHA
Em relação à dependência de outros na decisão do valor do nosso produto	UNIR FORÇAS PARCERIAS EXTERNAS
Em relação às políticas que são obvias às especificidades e necessidades da produção bovina em extensivo	REPRESENTATIVIDADE SETORIAL
Em relação a legislação obsoleta que incide negativamente no pastoreio, na sua mobilidade, na sua rentabilidade	INOVAÇÃO E FORMAÇÃO

Fonte: Adaptado de Majadas J. (2017)

Algumas destas lições aprendidas são recolhidas pela UGAVAN (União de produtores de vacas nodriza) no relatório " El vacuno extensivo en España: situación, evolución y perspectivas" ([González F., 2016](#)):

- Não basta ser: tem que ser... o valor da união
- Os primeiros passos são o pilar em que se baseia a associação.
- Pouco a pouco e bem organizado.
- Confiar noutros sectores, agentes, grupos... Procurar alianças.
- Sem medo: estar errado é aprender.
- Com transparência e informação.
- Responsabilidades partilhadas.
- Usar recursos de comunicação a 100%.
- Promover a formação e a representatividade.
- Olhar para os outros, aprender com os outros.



Life17 CCA-ES-000035



ALGUMAS REDES EM PORTUGAL

Depois de ter visto os benefícios gerados para a população por uma política de governação em que os cidadãos podem decidir diretamente sobre as questões que os afetam, em particular para a pecuária extensiva, deve ser destacado o associativismo. Por um lado, poder partilhar conhecimentos e experiências e, assim, gerar boas práticas comuns e, por outro lado, promover a união para poder gerir o território e participar nos processos de gestão participativa que estão abertos, mas também para fazer força para reivindicar essa gestão participativa. O futuro consiste em incentivar todos os agricultores a tornarem-se conscientes do agrupamento e a fazerem parte da mudança e, aos técnicos que os aconselham, a formarem-se na gestão participativa e a ajudar a promover esta transformação social.

É importante construir redes que reúnam diferentes grupos ou associações com uma visão multifocal para enfrentar, coletivamente, todos os problemas socioeconómicos que afetam o sector da pecuária extensiva.

Alguns exemplos de redes participativas são:

1. [Centro de Competências do Pastoreio Extensivo](#). Este centro é representado por várias associações, unidades de investigação e empresas que representam os agricultores de cada região. É de salientar o valor da representatividade dos parceiros que fazem parte deste grupo, ao longo do país. O CCPE tem por missão ser um espaço de congregação e partilha do conhecimento, dos recursos e das competências existentes nas várias entidades, para o reforço da investigação e transferência de conhecimento, a promoção da inovação e a qualificação dos agentes do sector. Defender e apoiar a pecuária extensiva.

2. [RedeAGRO](#). A Rede Temática Interdisciplinar do Agro-Alimentar e Florestal da Universidade de Lisboa visa, sobretudo, organizar os docentes/investigadores da ULisboa desta área de estudos para, obtendo vantagem da massa crítica em número de investigadores/unidades de investigação e respectivos níveis de diferenciação especializada, poderem mais facilmente inserir-se em redes internacionais, bem como posicionarem-se para eixos futuros da estratégia de especialização inteligente (RIS3) inserida no Acordo de Parceria com a União Europeia e respectivos programas operacionais (Portugal 2020) bem como em outros eixos competitivos nacionais e/ou internacionais.

A redeAGRO é constituída pelas escolas e centros de investigação que trabalham em áreas que incluem:

- Agricultura e alimentos de origem vegetal.
- Floresta e indústria de base florestal.



Life17 CCA-ES-000035



- Pecuária e alimentos de origem animal.

3. **Confederação Nacional de Agricultura CNA.** Define-se com a “expressão organizada, predominantemente, dos agricultores e agricultoras das explorações agrícolas familiares”. Entre outros princípios, assume “as preocupações atuais sobre a construção de uma agricultura que responda às exigências de qualidade dos produtos, de defesa do meio ambiente, do mundo rural, da saúde, do trabalho e que promova a melhoria dos rendimentos e da qualidade de vida dos agricultores portugueses”. A CNA representa e promove os interesses socioprofissionais dos Agricultores. Para isso, também desenvolve a prestação de um vasto leque de serviços técnico-profissionais e participa vários organismos “de consulta e concertação” com destaque para o CES, Conselho Económico e Social.

4. **Grupos de ação locais (GAL).** Trata-se de uma parceria formada por representantes locais dos setores público e privado de um determinado território de intervenção, representativa das atividades socioeconómicas e com uma estratégia de desenvolvimento própria).

- Reforçar a capacidade dos agentes locais para desenvolver e executar operações, incluindo fomentar as suas capacidades de gestão de projetos;
- Definir um procedimento de seleção não discriminatório e transparente e critérios objetivos para a seleção das operações, que evitem conflitos de interesses, garantam que pelo menos 50 % dos votos nas decisões de seleção correspondem a parceiros que não sejam autoridades públicas e permitam uma seleção por procedimento escrito;
- Respeitar a coerência com a estratégia de desenvolvimento local de base comunitária ao selecionar as operações, estabelecendo prioridades de acordo com o seu contributo para os objetivos e metas das estratégias;
- Preparar e publicar convites à apresentação de propostas ou um procedimento contínuo de apresentação de projetos, incluindo a definição de critérios de seleção;
- Receber e avaliar os pedidos de apoio;
- Selecionar as operações e fixar o montante do apoio e, se for caso disso, apresentar as propostas ao organismo responsável pela verificação final da elegibilidade antes da aprovação;
- Monitorizar a execução da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária e as operações apoiadas, e realizar ações específicas de avaliação ligadas a essa estratégia.



Life17 CCA-ES-000035



A **Estratégia de Desenvolvimento Local** (EDL) é uma componente essencial da abordagem LEADER, traçando um caminho de desenvolvimento que reflete a combinação única de ativos, recursos e expectativas locais. Os Grupos de Ação Local (GAL) têm a responsabilidade de elaborar e implementar as suas EDL. No entanto, na prática, elaborar uma Estratégia de Desenvolvimento Local de qualidade pode revelar-se exigente.

OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE APOIAM O VASTO SECTOR PECUÁRIO

Para além das associações participativas constituídas pelo próprio sector, outras instituições público-privadas lutam também pela causa da pecuária extensiva e pelo apoio e investigação para este sector, mas sempre dando a voz principal aos próprios agricultores. Alguns exemplos são:

5. ONG e Cooperativas

- [ANP/WWF](#). Em Portugal, a WWF (World Wide Fund For Nature) começou a operar no final da década de 90, através do Programa Eco Regional para o Mediterrâneo, sediado em Itália. Ao longo dos anos, reuniu uma equipa multidisciplinar de conservação, angariação de fundos e comunicação, dedicados ao trabalho de conservação da riqueza natural do nosso país. Com o fim deste programa, nasceu a oportunidade para a equipa portuguesa integrar a rede WWF com um escritório nacional. A missão da ANP/WWF é a conservação da biodiversidade nacional e ecossistemas florestais, a proteção da biodiversidade marinha e a promoção da sustentabilidade das pescas, a conservação dos ecossistemas de água doce e seus recursos hídricos. A ANP/WWF intervém ainda sobre o tema das alterações climáticas e na promoção do consumo sustentável
- [Herdade Freixo do Meio](#). O objetivo principal é de gerir coletivamente o Montado do Freixo do Meio, por forma a compatibilizar a melhoria permanente da relação com os recursos e a obtenção da abundância de bens e de serviços.

Para tal, a Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio, CRL adotou uma vocação integral embora se foque inicialmente no alimento. Cremos que a abordagem horizontal das cooperativas clássicas limita a verdadeira interiorização do Comum, pelo que integramos verticalmente os diferentes setores envolvidos tanto na cadeia alimentar como nas outras áreas comuns que trabalhamos como a formação e a visitação agroecológica. A Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio, CRL é uma cooperativa multisetorial com o setor do Consumo como principal, e como secundários, o dos colaboradores e de outros interessados como os proprietários, agricultores, vizinhos, etc..).



Life17 CCA-ES-000035



6. CENTROS DE INVESTIGAÇÃO E UNIVERSIDADES

- ☑ [Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens](#). Criada em 1979, tem como objetivos intensificar o desenvolvimento e difusão da ciência e das técnicas de produção e utilização das pastagens e forragens para o progresso da agricultura e benefício público; apoiar e estimular, entre investigadores, técnicos e agricultores, iniciativas tendentes à divulgação e intercâmbio de informação de carácter científico e técnico dentro de um contexto de entreajuda e aperfeiçoamento no domínio das pastagens e forragens.
- ☑ [ShareForest](#). O projeto ShareFOREST tem como objetivo a construção, desenvolvimento e avaliação de uma metodologia participativa para promover a codecisão na gestão e ordenamento das florestas, reforçando os princípios de governança territorial, com a missão última de prevenir futuros fogos.
- ☑ [Centro de investigação de montanha CIMO](#). É uma unidade de investigação multidisciplinar centrada nas questões da montanha mediterrânica, sediada no Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, e com um pólo no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal. O CIMO faz parte da rede nacional de investigação coordenada pela Fundação Portuguesa de Ciência e Tecnologia (FCT). O Centro segue uma abordagem interdisciplinar baseada numa estratégia de investigação aplicada que abrange questões e conhecimentos que vão desde a Natureza (matérias-primas, recursos naturais, biodiversidade, agricultura e gestão florestal) a Produtos (alimentos ou materiais de base biológica).

O CIMO visa promover a investigação nas zonas de montanha mediterrânicas de acordo com as melhores práticas internacionais, promovendo a observação científica e o desenvolvimento experimental para a conservação, exploração e valorização científica da biodiversidade, recursos naturais, sistemas agrícolas e florestais, e produtos de montanha; desenvolver sistemas de utilização sustentável dos solos, melhorando as competências de investigação endógena; e ligar a investigação e as partes interessadas que promovem o desenvolvimento sustentável nas zonas de montanha.

- ☑ [Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento MED](#). O novo instituto juntou o ICAAM, CEBAL, MeditBio e CIBIO-InBIO, cada um com importantes contribuições para as áreas do ambiente e da agricultura.

O MED é atualmente a maior unidade de investigação nacional em temas que integram a agricultura e a floresta, a alimentação, o ambiente e o desenvolvimento rural em ambiente mediterrânico. O instituto está sediado na Universidade de Évora, com pólos de investigação em Beja e Faro. O MED



Life17 CCA-ES-000035



tem cerca de 323 investigadores no total, o que inclui 179 investigadores doutorados, 48 alunos de doutoramento e vários colaboradores e técnicos.

BIBLIOGRAFIA

- Arnstein S. R. (1969). Uma escada de participação cidadã. *Jornal do Instituto Americano de Planeadores*, 35(4), 216-224.
- Asín J. (2015). [Participação, governação e políticas públicas](#). Cuadernos Entretantos (2). Ed.: Fundación Entretantos. Valladolid (Espanha)
- Batalla-Carrera L., Díaz-de-Quijano M., Ercilla-Montserrat M., García J., Herrera P.M., Majadas J., Turiño M. (Associação Rurbans e Fundação Entretanto) (2021). [Bases para o Desenvolvimento de um Plano Estratégico para a Agricultura Extensiva da Pecuária na Catalunha 2021-2030](#). Ed.: Departamento de Ação Climática, Alimentação e Agenda Rural, Direção-Geral da Agricultura e Pecuária, General da Catalunha (Espanha).
- Campos S., Carbonell X., Gómez-Limón García J., Heras f., Sintes M. (2007) [enREDando. Ferramentas de comunicação e participação social na gestão da rede Natura 2000](#). Ed.: Fundação Fernando González Bernáldez. Madrid (Espanha).
- Fundación Entretantos (2020). [Participação cidadã nas Administrações Públicas \(Unidade Didática 2\)](#) Curso: Participação cidadã, uma ferramenta essencial para a gestão pública (curso de formação on-line para funcionários públicos). Governo de Navarra.
- García-Ventura D. (Equipa de Educação Ambiental, Departamento de Ecologia da Universidade Autónoma de Madrid) (2007). [Análise de casos de participação em processos locais para sustentabilidade](#). Ed.: Ministério para a Transição Ecológica e o Desafio Demográfico. Madrid (Espanha)
- Gomes, M. Teresa, 2003. [Planeamento e Participação Pública em Áreas Protegidas. O Parque Natural do Douro Internacional](#). Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série, vol. XIX, Porto, pp.415-428
- González F. (2016). [Relatório: Carne extensiva na Espanha. Situação, evolução e perspetivas](#). Ed.: Sindicato dos Agricultores de Vacas Suckler (UGAVAN). Salamanca (Espanha).
- Hart R. (1993). [A participação de crianças. Da participação simbólica à participação autêntica. Ensaios Inocentes](#) (4). Ed.: UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Escritório Regional para a América Latina e Caraíbas. Florença (Itália).



Life17 CCA-ES-000035



- Heras, F. (2002). [_Enquanto isso: Guia prático para impulsionar processos participativos sobre problemas ambientais e sustentabilidade_](#). Coleção de manuais de educação ambiental Uniciclos. Ed. GEA S.Coop. Cáceres (Espanha).
- Majadas J. (2017). [_Processo de participação social na elaboração de Orientações de Gestão Florestal Sustentável no Corredor Ecológico do Tiétar. Gestão florestal: serviços ambientais e bioeconomia_](#). junho de 2017. Sociedade Espanhola de Ciências Florestais. Plasencia, Cáceres (Espanha).
- Majadas J. (Fundación Entretantos) (2017). O fator humano: a necessidade de estar unidos. Ed.: Sindicato dos Agricultores de Vacas Suckler (UGAVAN). Salamanca (Espanha).
- Matias *et al.* 2017. [_O papel do Plano de Paisagem na \(re\)construção da Paisagem. Contributo metodológico do planeamento numa intervenção integrada nas Terras de Coura. Estudos de Paisagem vol III_](#). Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa